



Fundação Bienal de São Paulo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados dos exercícios	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação Bienal de São Paulo
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Bienal de São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bienal de São Paulo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração



de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP259915/O-0

Fundação Bial de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2016	2015	Passivo	Notas	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.018	3.709	Fornecedores sem Restrição	8	202	35
Recursos financeiros com restrição	4	7.873	19.358	Fornecedores com Restrição	8	239	153
Créditos a Receber	5	106	230	Obrigações com Empregados		533	484
				Obrigações Tributárias		78	40
				Outras Contas a Pagar	9	3.431	2.796
				Adiantamento de Cessionários	9	1.746	1.434
				Subvenções a Realizar	11	9.184	20.501
		12.997	23.297			15.413	25.444
Não Circulante				Não circulante			
Depósitos Judiciais	12	47	50	Outras contas a pagar	9	1.144	4.575
Imobilizado	6	5.298	4.736	Provisão para contingências	12	50	50
Intangível	7	1.275	1.389			1.194	4.625
		6.619	6.175				
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio Social	13	199	199
				Outras Reservas	13	2.437	2.437
				Reserva de Reavaliação	13	1.676	1.884
				Déficits Acumulados	13	(1.303)	(5.117)
						3.009	(598)
Total do Ativo		19.616	29.471	Total do Passivo		19.616	29.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Notas	2016	2015
Receitas Operacional			
Com Restrição			
Programas de Atividade Cultural	15	25.137	6.976
Rendimentos Financeiros	15	1.633	885
Sem Restrição			
Contribuições e Doações	15	11.535	7.750
Rendimentos Financeiros	15	501	740
Total Das Receitas		38.806	16.351
Custos e Despesas Operacionais			
Convênio Minc	16	(148)	(147)
PMSP-2013	16	-	-
PMSP-2014		-	(502)
PMSP-2015	16	(997)	(100)
PMSP-2016	16	(144)	
ProAC	16	(594)	(662)
PRONAC	16	(23.408)	(5.233)
(-) Despesas sobre as Receitas		(25.291)	(6.644)
(=) Resultado bruto		13.515	9.707
(+/-) Despesas operacionais			
Administrativos			
Despesas com Pessoal		(4.433)	(4.325)
Despesas Administrativas e Gerais		(3.977)	(2.643)
Despesas Depreciação/Amortização		(377)	(491)
Despesas Fiscais/Trabalhistas e Civeis		-	(252)
Despesas Financeiras		(1.122)	(741)
Total das despesas e receitas operacionais		(9.908)	(8.452)
(=) Superavit do exercício		3.607	1.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

<i>(Em milhares de Reais)</i>	2016	2015
Superávit do exercício	<u>3.607</u>	<u>1.255</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>3.607</u>	<u>1.255</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015*(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Superavit/Deficit Acumulados	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2015	199	2.437	2.093	(6.582)	(1.853)
Realização das reservas de reavaliação			(208)	208	-
Superavit Acumulados				1.255	1.255
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	199	2.437	1.885	(5.119)	(598)

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Saldo em 01 de Janeiro de 2016	199	2.437	1.885	(5.119)	(598)
Realização das reservas de reavaliação			(209)	209	-
Superavit Acumulados				-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	199	2.437	1.676	(4.910)	(598)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Descrição	2016	2015
Superávit do exercício	3.607	1.255
Ajustes Por		
Baixa de imobilizado por obsolescência	9	5
Provisão/(Reversão) para contingências	-	(212)
Depreciação e amortização	524	638
Superávit do exercício ajustado	4.140	1.686
Variações nos ativos operacionais:		
Recursos financeiros com restrição	11.484	(8.031)
Créditos a receber	133	(149)
Adiantamentos e despesas antecipadas	(11)	45
Depósitos Judiciais	4	31
Fornecedores com e sem restrição	253	(933)
Obrigações tributárias	38	(45)
Obrigações com empregados	49	(121)
Adiantamento de cessionários	312	(38)
Outras contas a pagar	(2.796)	(2.669)
Subvenções a realizar	(11.317)	9.025
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(1.851)	(2.885)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(980)	(38)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(980)	(38)
(Redução) aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.308	(1.237)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.709	4.946
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.018	3.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Bienal de São Paulo - “Fundação” tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está estabelecida no Pavilhão “CICCILLO MATARAZZO” - Parque Ibirapuera - Portão 3, e tem prazo de duração indeterminado.

A Fundação foi criada e instituída em 08 de maio de 1962, instituição de natureza educacional e cultural, sem fins lucrativos e sem vinculações políticas ou religiosas, declarada de utilidade pública, tem como objetivo a promoção e o patrocínio de eventos artísticos e culturais de modo geral e, especificamente, de exposições de artes plásticas - ditas “BIENASIS”.

A receita da Fundação é constituída por doações, subvenções e pela renda derivada de seu patrimônio ou da exploração de suas atividades estatutárias.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R\$), que é a moeda funcional da Fundação Bienal e, também, a sua moeda de apresentação.

A Autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Superintendência em 04 de abril de 2017.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são: (a) provisão para contingências; (b) depreciação e amortização.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a noventa dias considerada a data de aquisição, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Instrumentos financeiros

Classificação

A Fundação classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Fundação não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

Os ativos financeiros avaliados a valor justo correspondem a Certificados de Depósitos Bancários, valorizados com base no rendimento auferido no período, calculado com base na taxa de juros aplicável para seu resgate imediato.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço social (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis compreendem adiantamentos de cessionários, tributos a recuperar, outras contas a pagar, depósitos judiciais, entre outras.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Fundação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" no período em que ocorrem.

A norma contábil para instrumentos financeiros estabelece uma hierarquia de três níveis para valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Fundação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Abaixo descrevemos os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercado ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados

(não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercado não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);

- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

A Fundação classifica seus instrumentos financeiros como nível 2 na hierarquia do valor justo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - Impairment

A Fundação avalia no final de cada exercício se há evidência de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo financeiro está deteriorado e a redução do valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução do valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado.

2.4 Recursos financeiros com restrição

Estão representados por saldos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, a serem aplicados na execução dos projetos.

2.5 Imobilizado e intangível

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo, menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil estimada dos ativos.

O intangível está representado pelo Dossiê Cicilo Matarazzo, Documentações Iconográficas das Bienais, Softwares e licenças de uso softwares. A Amortização é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil dos ativos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data-base das demonstrações financeiras. Caso contrário, os saldos são apresentados no passivo não circulante.

2.7 Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Fundação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9 Contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- d. Ganhos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- e. Contingências passivas - são provisionadas levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

2.10 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do resultado apurado em cada exercício, e são registrados na conta de reservas de capital.

2.11 Trabalho voluntário

A Resolução CFC nº. 1.409 que aprovou a NBC ITG Entidades sem fins lucrativos, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalho voluntário são reconhecidas no resultado do exercício em

contra partida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Fundação não manteve voluntários.

2.12 Reconhecimento da receita

As receitas com doações são registradas por regime de caixa e os custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. As receitas com doação governamental são reconhecidas de acordo com os requerimentos da NBC TG 07 - subvenção e assistências governamentais.

A receita de cessão de espaço é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método de taxa de juros efetiva.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Abaixo apresentamos a composição de caixa e equivalentes de caixa:

	2016	2015
Caixa	3	3
Bancos conta movimento	263	142
Aplicações financeiras em CDB	4.752	3.564
	<u>5.018</u>	<u>3.709</u>

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, com remuneração equivalente a 100% da variação do Índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo ativos financeiros de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício. As referidas aplicações não estão sujeitas a qualquer penalidade pelo seu resgate antecipado, como a redução da taxa de rendimentos.

4 Recursos financeiros com restrição

Refere-se a recursos oriundos de doações recebidas para a realização de projetos específicos, e estão apresentados da seguinte forma:

	2016	2015
Bancos conta movimento - com restrição	2.101	3.897
Aplicações financeiras em CDB - com restrição	<u>5.772</u>	<u>15.461</u>
	<u>7.873</u>	<u>19.358</u>

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, com remuneração equivalente a 100% da variação do Índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo ativos financeiros de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício. As referidas aplicações não estão sujeitas a qualquer penalidade pelo seu resgate antecipado, como a redução da taxa de rendimentos.

5 Créditos a Receber

Os créditos a receber estão representados da seguinte forma:

	2016	2015
Créditos a receber (i)	16	149
Fornecedores (ii)	57	14
Adiantamento de férias e 13º Salário	13	52
Prêmios de seguros a apropriar	20	15
	<u>106</u>	<u>230</u>

- (i) Os créditos a receber são reembolsos de despesas dos cessionários, à título de ressarcimento pelo consumo de energia elétrica e água, pintura do pavilhão referente a área utilizada e por danos estruturais causados nas dependências do pavilhão durante a realização de seus eventos.
- (ii) O adiantamento a fornecedores são valores adiantados a fornecedores/prestadores de serviços para futura prestação de contas, e são baixados da contabilidade após a entrega da documentação fiscal.

6 Imobilizado

- a. Abaixo apresentamos a composição do ativo imobilizado.

				2016	2015
	Prazo de depreciação	Taxa a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	25	4%	3.562	(768)	2.794
Equipamentos de informática	10	10%	290	(240)	50
Instalações	20	5%	2.876	(1.613)	1.263
Máquinas/Equipamentos	20	5%	370	(252)	118
Móveis e utensílios	20	5%	1.045	(513)	532
Veículos	5	20%	105	(105)	-
Equipamentos de comunicação	20	5%	8	(7)	1
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros			548	(8)	540
			<u>8.804</u>	<u>(3.506)</u>	<u>5.298</u>

- b. A movimentação do imobilizado está assim representada:

	2016	2015
No início do exercício	4.736	5.121
Aquisição de bens	980	38
Baixas de bens	(8)	(5)
Depreciação	<u>(410)</u>	<u>(418)</u>
No final do exercício	<u>5.298</u>	<u>4.736</u>

7 Intangível

			2016		2015	
	Prazo de depreciação	Taxa a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Dossiê Cicillo Matarazzo (i)	10	10%	394	(80)	314	355
Doc.Iconográfica Bienais (ii)	10	10%	360	(73)	287	324
Acervo (iii)	-	-	639	-	639	639
Software	5	20%	1.244	(1.237)	7	29
Licença uso de software	5	20%	68	(40)	28	42
			2.705	(1.430)	1.275	1.389

- (i) Dossiê Cicillo Matarazzo refere-se a um conjunto de documentos históricos, no qual se encontram documentos, fotografias e objetos pessoais de Cicillo Matarazzo, fundador da Fundação Bienal de São Paulo e outras instituições. Este conjunto de documentos foi doado pela família à Fundação após a morte de Cicillo Matarazzo. O montante registrado se refere ao empenho de limpeza, conservação e catalogação dos documentos históricos recebidos.
- (ii) Esse saldo refere-se à documentação iconográfica das Bienais e à restauração, conservação e higienização do acervo do Arquivo Histórico da Fundação. Foi realizado um plano de classificação, ordenação e das ampliações fotográficas, revisão do banco de dados e núcleo de gestão documental. Implantamos a depreciação da Documentação Iconográfica das Bienais a partir de 2015 com taxa de depreciação de 10% aa.
- (iii) O acervo da Fundação Bienal é composto basicamente pela documentação contida no Arquivo Histórico, o qual contém documentos, pastas, livros, fotografias, negativos, filmes e outros materiais relativos à Bienais e arte em geral. Este acervo é organizado e mantido pela Fundação principalmente para consultas e pesquisas do público interno e externo.

A Fundação Bienal não possui acervo significativo de obras de arte. As obras que integram as Bienais de São Paulo não são de propriedade da Fundação, são emprestadas para a mostra ou feitas para a mostra e depois entregues aos artistas. As obras incluídas no item Acervo acima são telas, gravuras, fotografias e esculturas doados à Fundação, os quais se encontram identificados no ativo fixo e estão fisicamente distribuídos nas dependências da área administrativa e no Arquivo Histórico da Fundação.

A movimentação do intangível está assim representada:

	2016	2015
No início do exercício	1.389	1.609
Aquisição de bens	-	-
Amortização	(114)	(220)
No final do exercício	1.275	1.389

8 Fornecedores

Abaixo apresentamos os saldos de fornecedores segregado em: fornecedores com restrição e fornecedores sem restrição. Os fornecedores sem restrição são inerentes a manutenção das operações rotineiras da Fundação e os fornecedores com restrição estão relacionando aos projetos gerenciados pela Fundação e patrocinados pelo Ministério da Cultura (MinC) e Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP):

Fornecedores sem restrição	2016	2015
Diversos	202	35
Total	202	35
Fornecedores com restrição		
Proac	15	10
Projeto Expositivo da 32ª Bienal de São Paulo - Pronac 151899	136	-
PMSP 2016 (Prefeitura Municipal de São Paulo)	88	-
31ª Itinerância - Pronac 149367	-	3
32ª Curatorial - Pronac 1410646	-	46
PMSP 2015 (Prefeitura Municipal de São Paulo)	-	94
Total	239	153

9 Outras contas a pagar

Abaixo apresentamos a composição analítica de “outras contas a pagar” relativos ao circulante e não circulante:

	Circulante		Não circulante	
	2016	2015	2016	2015
Indenizações a Pagar	-	249	-	-
Parcelamento - Convênios MinC	3.431	2.547	1.144	4.575
	3.431	2.796	1.144	4.575

O saldo de “outras contas a pagar” em 31 de dezembro de 2016 totaliza o montante de R\$ 4.575 (R\$ 7.371 em 2015), considerando o circulante e não circulante, e refere-se ao acordo de confissão de dívida e parcelamento de débitos firmados entre o MinC (Ministério da Cultura) e Fundação em 20 de maio de 2013, conforme nota explicativa nº 19. Durante o exercício de 2016 a Fundação efetuou o pagamentos das parcelas mensais totalizando o montante de R\$ 2.547 (R\$ 2.873 em 2015).

10 Adiantamento de cessionários

Refere-se a contratos de Termos de Cessão de Áreas-TCA, que são doados antecipadamente pelos cessionários para realizarem seus eventos no Pavilhão Ciccillo Matarazzo e no Lounge da Fundação Bienal. Tais adiantamentos são contabilizados como receitas (resultado) no mês da realização do evento. Em 31 dezembro de 2016 a Fundação possui registrado o montante de R\$ 1.746 (R\$ 1.434 em Dez/2015)

11 Subvenção a realizar

A Subvenção a realizar ao final do exercício de 2016 é composta pelos seguintes projetos:

Subvenções a realizar	Valor total do Projeto	Vigência		Saldos em 01/01/2016	Captação Recursos	Consumo	Saldos em 31/12/2016
		Início	Fim				
Revitalização do Pavilhão (i)	5.000	28/12/2009	29/09/2011	1.652	-	(148)	1.504
Prefeitura do Município SP 2015-(ii)	2.730	17/12/2015	31/05/2016	2.360	-	(2.360)	-
Itinerância 31ª Bienal SP-Pronac 149367(iii)	5.307	03/11/2014	30/04/2016	1.111	-	(1.111)	-
32ª Bienal SP Curatorial-Pronac 1410646 (iv)	3.315	20/11/2014	31/12/2016	3.273	-	(2.685)	588
32ª Bienal SP Expográfico-Pronac 151899 (v)	38.588	30/06/2015	31/12/2016	12.105	8.479	(18.282)	2.302
ProAC 19638 (vi)	1.500	01/05/2016	28/02/2017	-	538	(432)	106
Prefeitura do Município SP 2016 (vii)	3.022	29/11/2016	31/05/2017	-	3.022	(438)	2.584
Plano Anual 2017 FBSP-Pronac 164229 (viii)	24.454	31/01/2017	31/12/2017	-	2.100	-	2.100
				20.501	14.139	(25.456)	9.184

- (i) A revitalização do Pavilhão da Fundação Bienal foi um projeto que visou manter e restabelecer conceitos do projeto de Oscar Niemeyer, por meio da reforma e adaptação das áreas administrativas, que foram remanejadas, retiradas e delimitadas as alvenarias e instalações provisórias, devolvendo ao pavilhão as originais e principais características arquitetônicas e seu projeto original.
- (ii) A Subvenção da Prefeitura de São Paulo é uma contribuição anual de 21.000 UFMs definida por decreto municipal. O valor desta subvenção destina-se ao custeio da manutenção e conservação do Pavilhão da Fundação Bienal e ao pagamento de salários e encargos dos funcionários da Fundação durante o ano.
- (iii) O projeto "Itinerância da 31ª Bienal" teve como objetivo a concepção, produção e execução de cerca de 8 mostras itinerantes com obras selecionadas pelos Curadores da 31ª Bienal. Estas mostras com partes da 31ª Bienal que ocorreu em São Paulo de setembro a dezembro de 2014 percorreram 7 diferentes cidades no Brasil e uma em Portugal (Porto) até abril de 2016.
- (iv) O objeto do Projeto Curatorial da 32ª Bienal compreende a seleção e contratação da equipe curatorial e das demais equipes necessárias à concepção, preparação, pré-produção e divulgação prévia da 32ª Bienal de São Paulo. As equipes necessárias a realização da mostra compreenderão: Curadores e seus assistentes, assessores para as áreas de Produção e Comunicação, que serão contratados especificamente para este projeto e estarão responsáveis pelas fases iniciais de concepção, formatação e pré-produção da mostra. O saldo residual de R\$ 588 em 31 de dezembro de 2016 será restituído aos cofres públicos após pagamento das despesas incorridas e finalização da prestação de contas.
- (v) O Projeto Expositivo da 32ª Bienal de São Paulo objetiva a realização da 32ª edição da Bienal de São Paulo. O projeto contempla todas as atividades necessárias para o preparo, montagem, organização, desmontagem e registro do evento, incluindo a contratação de equipes profissionais responsáveis pela produção, expografia, montagem, programas e atividades artísticas, educativas, editoriais e de comunicação da 32ª Bienal de São Paulo, e as despesas relativas de todas as atividades previstas. A mostra pretende, como tradicionalmente faz há 60 anos, selecionar e expor durante três meses, de 5 de setembro a 11 de dezembro de 2016 no Pavilhão Ciccillo Matarazzo, obras significativas que compoñham um panorama das mais importantes manifestações da arte contemporânea brasileira e mundial. O saldo residual de R\$ 2.302 em 31 de dezembro de 2016 será restituído aos cofres públicos após pagamento das despesas incorridas e finalização da prestação de contas.
- (vi) O ProAC 19638 (Plano Anual de Atividades - 2016 - da Fundação Bienal de São Paulo é um projeto que propõe iniciativas que dialogam com a Exposição da 32ª Bienal, para realização de ações para diferentes perfis e faixas etárias, contemplando profissionais da cultura, professores, educadores socioculturais, agentes comunitários, estudantes e público em geral. Tais ações visam promover a reflexão, o diálogo e a experiência da arte contemporânea, e possui múltiplos formatos como seminários em São Paulo, workshops, oficina de curadoria, performances e ativação de obras, publicação de um livro que registrará os seminários.

- (vii) A Subvenção da Prefeitura de São Paulo é uma contribuição anual de 21.000 UFM's definida por decreto municipal. O valor desta subvenção destina-se ao custeio da manutenção e conservação do Pavilhão da Fundação Bienal e ao pagamento de salários e encargos dos funcionários da Fundação durante o ano.
- (viii) O Plano Anual 2017 visa a manutenção da Fundação Bienal de São Paulo e a realização de sua programação para o ano de 2017, composta por até 15 mostras itinerantes, uma Exposição de Representação Brasileira na 57ª Bienal de Veneza, a concepção, planejamento e desenvolvimento do Projeto Curatorial da 33ª Bienal de São Paulo e até 15 ações de Difusão, 4 seminários, manutenção, tratamento e preservação dos acervos do Arquivo Histórico Wanda Svevo, bem como a Manutenção da Instituição Cultural e Conservação do Edifício Pavilhão Ciccillo Matarazzo.

12 Contingências passivas

Na data das demonstrações financeiras, a Fundação apresentava as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	2016		2015	
	Depósito judicial	Provisão para contingência	Líquido	Líquido
Contingências Trabalhistas	47	(50)	(3)	50
	<u>47</u>	<u>(50)</u>	<u>(3)</u>	<u>50</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Fundação Bienal possui um processo judicial de natureza trabalhista, sendo analisado e avaliado por seus assessores jurídicos com risco de perda provável, por isso a Fundação efetuou o provisionamento integral dos montantes envolvidos. A Fundação também possuía em 31 de dezembro de 2016 um processo de natureza trabalhista com risco de perda possível, no valor de R\$ 290.

	2015	Adição	Baixa	2016
Contingências trabalhistas	50	-	-	50
	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50</u>

13 Patrimônio Líquido

a. Patrimônio Social

Está apresentado pelos montantes históricos dos superávits/déficits apurados anualmente.

b. Outras reservas

Composta, substancialmente, pelas doações de bens recebidas, desde a data de sua constituição.

c. Reserva de reavaliação

Constituída em 30 de dezembro de 2006, suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes, que é decorrente de ativos próprios representados por obras civis, instalações, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de resultado acumulados por depreciação baseada na estimativa da vida útil econômica revisada dos bens. A realização da

reserva é feita de forma linear pelo prazo de 15 anos e faltam 8 anos para o término da realização.

14 Aspectos fiscais

A lei complementar a que se refere o art. 150, VI, “c”, é o Código Tributário Nacional (“CTN”), que, em seu artigo 14, fixou três requisitos para o gozo do benefício tributário pelas entidades de assistência social: (i) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (ii) aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e (iii) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão, também introduzido em sede constitucional pelo art. 31, da Constituição Federal de 1946, mantido no art. 20 da Carta de 1969 e, finalmente, no art. 150 VI “c” da Constituição de 1988, é vedado à União, aos Estados e Municípios instituir impostos sobre a renda, patrimônio e serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos previstos em lei.

Para ser considerada uma instituição de educação e assistência social, não basta, portanto, que o estatuto social preveja a condição de que a Fundação seja ‘sem fins lucrativos’, mas também que, desde sua criação, fique claramente demonstrado, pelo objetivo estatutário e pela prática cotidiana, que a Fundação não se destina à satisfação de interesses de seus instituidores ou dirigentes, mas sim, à realização de atividades de caráter altruístico, voltadas ao interesse coletivo e ao desenvolvimento e bem estar da comunidade em que atua.

A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei no 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Fundação.

Quanto ao Imposto Sobre Serviços, a sua imunidade foi formalmente reconhecida pela Prefeitura do Município de São Paulo, devendo esta ser reconhecida e acatada por outros municípios tendo em vista que o art. 3º da Lei complementar 116, de 31 de julho de 2003, dispõe que “o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador”.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacam-se o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), alíquota de 28,8% sobre o montante da folha de pagamento.

15 Receitas

Abaixo apresentamos as receitas com restrição relacionadas aos projetos e as receitas sem restrição originadas pelas operações e ações da Fundação:

Com restrição

Programas de atividades culturais

	2016	2015
Convênio - MinC -Revitalização do Pavilhão	148	147
Prefeitura Municipal de São Paulo 2014	-	1.559
Prefeitura Municipal de São Paulo 2015	2.360	371
Prefeitura Municipal de São Paulo 2016	438	-
Programa de Apoio a Cultura - PROAC	434	576
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC	21.757	4.323
Rendimentos Financeiros	1.633	885
Total	26.770	7.861

Sem restrição

Contribuições, doações e outras

	2016	2015
Receitas de Doações	7.871	3.065
Cessão de Área	3.664	4.685
Rendimentos financeiros	501	740
Total	12.036	8.490

As receitas de doações são obtidas por meio de parceria com o Serviço Social do Comércio-SESC, por conta da parceria em conjuntos de atividades como coprodução de obras para compor a exposição, correalização de oficina curatorial e oficinas internas na 32ª Bienal de São Paulo e promover um programa de itinerância da Mostra no ano de 2017; apoio de representações (consulados e embaixadas) e institutos nacionais que colaboram com a participação dos artistas de seus respectivos países nas exposições organizadas pela Fundação; e Outras Receitas como doações e vendas em consignação dos catálogos das exposições.

As receitas são recebidas de fontes diversas e são direcionadas ao custeio de despesas dos projetos da Fundação Bienal.

16 Custos e despesas operacionais

Abaixo apresentamos as despesas por projeto:

	2016	2015
Convênio - MinC -Revitalização do Pavilhão	(148)	(147)
Despesas Prefeitura Municipal de São Paulo 2014	-	(502)
Despesas Prefeitura Municipal de São Paulo 2015	(997)	(100)
Despesas Prefeitura Municipal de São Paulo 2016	(144)	-
Programa de Apoio a Cultura - PROAC	(594)	(662)
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC (i)	(23.408)	(5.233)
Total - Com restrição	(25.291)	(6.644)
Total Despesas	(25.291)	(6.644)

- (i) Durante o exercício de 2016 foi realizada a 32ª edição da Bienal de São Paulo. O Projeto Curatorial visou a concepção do projeto, pensado pelo curador da Mostra (escolha de artistas e organização da exposição). Os custos

incorridos se referem, basicamente, à despesas com artistas convidados, pré-produção, montagem, desmontagem e transporte das obras de arte, sendo um evento de grande proporção. Além disso, houve custos incorridos com a 31ª Itinerância, que se estendeu até abril de 2016 para cumprir a totalidade o objeto do Plano de Trabalho.

17 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a posição pode ser assim sumarizada:

Modalidade	Vencimento	Limites de cobertura
Cobertura Básica - Incêndio (Inclusive decorrente de Tumultos), Queda de Raio, Exposão e Implosão de qualquer natureza	20/08/2017	R\$ 47.000.000
Lucros Cessantes - Despesas Fixas - Decorrentes de incêndio, inclusive de tumultos, queda de raio, explosão e implosão de qualquer natureza (garantia básica) PI: 6 meses	20/08/2017	R\$ 2.750.000
Vendaval, Fumaça, Ciclone, Tornado, Granizo, Queda de Aeronaves, Impacto de Veículos Terrestres e Fumaça	20/08/2017	R\$ 850.000
Tumultos, Greves e Lock-out	20/08/2017	R\$ 170.000
Danos Elétricos	20/08/2017	R\$ 550.000
Roubo e/ou Furto Qualificado de Bens nas dependências do segurado	20/08/2017	R\$ 87.000
Equipamentos Cinematográficos	20/08/2017	R\$ 33.000
Equipamentos Eletrônicos sem Roubo	20/08/2017	R\$ 300.000
Equipamentos Estacionários	20/08/2017	R\$ 500.000
Equipamentos Móveis	20/08/2017	R\$ 95.000
Roubo de valores no interior das dependências do segurado	20/08/2017	R\$ 11.000
Quebra de Vidros	20/08/2017	R\$ 1.000.000
Responsabilidade Civil - Estabelecimentos comerciais e/ou industriais	20/08/2017	R\$ 350.000
Vazamento acidental de tanque, ruptura de encanamentos ou tubulações do próprio imóvel	20/08/2017	R\$ 1.000.000
Alagamento e/ou Inundação	20/08/2017	R\$ 2.000.000

Lucros cessantes: apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, a cobertura de lucros cessantes na apólice da Fundação se justifica pela eventual impossibilidade da Fundação realizar a cessão do espaço do pavilhão para eventos de terceiros. Sendo esta sua principal fonte de receitas, caso a Fundação não aufera receitas pela cessão do espaço, poderá receber da seguradora o valor da cobertura registrada na apólice.

O valor de prêmio pago em 2016 foi de R\$ 32 (R\$ 24 em 2015). Esta despesa é registrada na rubrica “Ativo circulante - Adiantamentos”, apropriado pro-rata conforme a vigência da apólice no resultado na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

18 Planejamento financeiro parcelamento Ministério da Cultura - MinC

Em 20 de maio de 2013 a Fundação Bienal de São Paulo e o Ministério da Cultura - MinC assinaram um acordo de confissão de dívida e parcelamento de débito para reconhecer e parcelar a dívida da instituição perante ao Ministério da Cultura - MinC, tendo em vista irregularidades apontadas nas prestações de contas de repasses de recursos federais recebidos em 14 Convênios do período 1999-2007, de números: 344/1999, 012/1999, 075/2001, 366/2001, 178/2002, 505/2002, 540/2002, 177/2003, 211/2004, 520/2004, 351/2005, 888/2005, 399/2006 e 557/2007.

Por meio do acordo firmado a Fundação Bienal reconheceu dever ao MinC R\$ 12.217, em valores atualizados em 30 de abril de 2013, a serem pagos em até 52 parcelas, de acordo com um cronograma mutuamente aceito. O reconhecimento da dívida, o compromisso de pagamento

parcelado e a assinatura do acordo permitiram que o nome da Fundação Bienal fosse retirado do cadastro de inadimplentes do MinC e pudesse retomar suas atividades de condução de projetos culturais, de apresentação de novos projetos e de captação de recursos incentivados, antes suspensas por conta da inadimplência.

O total do acordo foi apresentado pela Fundação Bienal ao MinC, após extenso trabalho de auditoria realizado em 2012 e primeiro trimestre de 2013 por empresa de auditoria independente contratada pela Fundação Bienal. Os auditores, sob orientação da Fundação Bienal e do MinC, identificaram todos os lançamentos contábeis dos 14 convênios e revisaram a adequação dos mesmos, para fins de prestação de contas, considerando os critérios estabelecidos pela regulamentação pertinente. O montante de R\$ 12.217 corresponde à somatória das despesas glosadas pelo MinC nos 14 convênios firmados com a Fundação Bienal, pelo fato destas despesas:

- não disporem de comprovante fiscal hábil;
- não fazerem parte do plano de trabalho do convênio;
- terem sido efetuadas antes ou depois da data de vigência dos convênios e/ou
- terem sido efetuadas com partes relacionadas à instituição, a saber, os fornecedores eram empresas controladas por dirigente da Fundação Bienal à época do convênio.

Abaixo apresentamos a composição dos convênios, parcelas e valores incluídos no acordo:

	Convênio	Código	Nomenclatura	Saldo na data do acordo por convênio	Quant. de parcelas por convênio	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
1	344/1999	999385	Produção/Concepção Curatorial da 25ª Bienal de São Paulo	247	12	-	-
2	012/1999	996036	48ª Bienal de Veneza-Participação Brasileira	327	16	327	327
3	075/2001	006968	Apoio às Comemorações dos 50 Anos da Bienal de São Paulo	652	24	-	-
4	366/2001	016118	Apoio à Preparação da 25ª Edição da Bienal de São Paulo	1.398	36	-	466
5	178/2002	027605	Apoio à Realização da 25ª Bienal de São Paulo	1.146	52	353	618
6	505/2002	028097	8ª Mostra Internacional de Arquitetura de Veneza	427	8	-	-
7	540/2002	028563	Apoio à Preparação da 26ª Edição da Bienal de São Paulo	2.806	40	1.122	1964
8	177/2003	036025	Pré-Produção Artística da 26ª Bienal de São Paulo	1.469	40	588	1028
9	211/2004	041540	Apoio à 26ª Edição da Bienal de São Paulo - 2004	1.780	40	712	1246
10	520/2004	046642	Itinerância 26ª Bienal (Salvador, Buenos Aires, Santiago e Lima)	363	16	363	363
11	888/2005	053207	Plano de Atividades da FBSP em 2006 - 27ªBSP,MIA Veneza,AHWS	354	8	-	-
12	351/2005	066927	Apoio ao Encontro Nacional de Cultura Educação e Cidadania - 2006	92	8	-	-
13	399/2006	067151	Execução Final da 27ª Bienal de São Paulo	1.110	16	1.110	1110
14	557/2007	710110	Fomento da Arte Contemporânea	46	8	-	-
				<u>12.217</u>		<u>4.575</u>	<u>7.122</u>

O saldo devedor no vencimento, que ocorrerá em abril de 2018 monta o total de R\$ 7.745, (R\$ 11.397 em 2015) calculado pela taxa Selic mais 1% aa.

Abaixo a situação dos 14 convênios parcelados junto ao Ministério da Cultura:

1. Prestação de contas aprovada conforme Laudo Final de Reversão da Reprovação nº 001/2013/CGEPC/DIC/SEFIC/MinC. Ofício 82/2015/GAB/SEFIC-MinC expedido em 13/02/2015. Pagamentos efetuados no período de janeiro à dezembro de 2014;
2. Aguarda análise técnico/financeira. Parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2017 a abril de 2018;
3. Análise de resposta de diligência. Pagamentos efetuados no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015;
4. Análise Financeira da Prestação de Contas. Pagamentos efetuados no período de janeiro de 2014 a dezembro 2016,
5. Análise Financeira da Prestação de Contas. 36 parcelas pagas no período de janeiro de 2014 a dezembro 2016, restante 16 parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2017 a abril de 2018;
6. Prestação de contas aprovada, conforme Laudo Final de Aprovação n.º 19/2013/CGEPC/DIC/SEFIC-MinC de 20/12/2013. Conveniente comunicada por meio dos Ofícios nºs 378 e 379/GAB/SEFIC-MinC em 23/12/2013, o MinC ainda indicou um crédito de R\$ 63.446,18 (Sessenta e três mil quatrocentos e quarenta e seis reais e dezoito centavos) em favor da Fundação Bienal, em função do valores recolhidos a maior pela conveniente, em face do Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito firmado com o Ministério da Cultura. Ofício 379/GAB/SEFIC-MinC expedido em 20/12/2013. Pagamentos efetuados no período de maio à dezembro de 2013;
7. Análise Financeira da Prestação de Contas. 24 parcelas pagas no período de janeiro de 2015 a dezembro 2016, restante 16 parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2017 a abril de 2018;
8. Análise Financeira da Prestação de Contas. 24 parcelas pagas no período de janeiro de 2015 a dezembro 2016, restante 16 parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2017 a abril de 2018;
9. Análise Financeira da Prestação de Contas. 24 parcelas pagas no período de janeiro de 2015 a dezembro 2016, restante 16 parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2017 a abril de 2018;
10. Aguarda análise técnico/financeira. Parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2017 a abril de 2018;
11. Diligenciado - Prestação de Contas. Pagamentos efetuados no período de maio à dezembro de 2013;
12. Análise de resposta de diligência. Pagamentos efetuados no período de maio à dezembro de 2013;
13. Aguarda análise técnico/financeira. Parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2017 a abril de 2018;

14. Análise de resposta de diligência. Pagamentos efetuados no período de maio à dezembro de 2013.

A Fundação Bienal possuía os seguintes objetivos ao contratar a auditoria para os projetos, em concordância com o MinC:

1. Reorganizar, formalmente, as prestações de contas dos 14 convênios, para que o MinC pudesse analisar novamente com maior agilidade e facilidade;
2. Em um segundo momento permitir a avaliação da melhor estimativa para o valor de despesas glosadas ou glosáveis, para que o MinC e a Fundação Bienal pudessem estabelecer as bases do acordo e iniciar os pagamentos;
3. Permitir a Fundação Bienal sair da situação de inadimplência .

Desde maio de 2013 os pagamentos efetuados pela Fundação referente ao acordo de confissão de dívidas e parcelamento de débitos somam o total de R\$ 7.642, este valor representa a quitação de 62,6% do total da dívida. O restante da dívida acordada, está distribuída de modo crescente no cronograma de pagamentos, de forma a permitir à Fundação, ano a ano, acumular recursos livres suficientes para honrar os compromissos previstos pelo acordo até abril de 2018.

O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. A Fundação contabiliza o valor apresentado na GRU por meio de ofício de cobrança do MinC.

A Fundação planeja gerar caixa suficiente para fazer frente a estes compromissos mediante a gradual redução de suas despesas e o aumento de suas receitas com a cessão do espaço do pavilhão, as quais são também crescentes nos próximos anos. Adicionalmente, a Fundação planeja organizar jantares de pré-lançamento das Exposições, bem como outras campanhas para levantamento de doações livres. Estes fatores já foram levados em consideração por seus administradores quando da definição do cronograma de pagamentos do acordo de confissão de dívida e parcelamento de débitos negociado entre Fundação Bienal e MinC, de maneira a aumentar o caixa livre da instituição e garantir o cumprimento do acordo, minimizando o risco de inadimplência.

Os administradores também consideram que, caso haja disponibilidade de recursos, a Fundação poderá negociar com o MinC a antecipação de pagamentos futuros, com o objetivo de reduzir a incidência de juros e correção monetária sobre o valor principal do acordo.

19 Outras informações

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios de 2016 e de 2015, a Fundação não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Benefícios a empregados

A Fundação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de bônus de desempenho ou de participações nos lucros e resultados, tendo em vista que é entidade sem fins lucrativos.

Partes relacionadas

O Estatuto Social possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho, dessa forma, a Fundação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.